

USP vai realizar seminário sobre precários, diz reitor ao CR da Adusp

No dia 4 deste mês, durante sua terceira reunião com o Conselho de Representantes da Adusp (CR) este ano, o reitor Jacques Marcovitch firmou compromisso de realizar em março de 99 um seminário para debater os contratos precários na USP. A diretoria da Adusp solicitou a convocação de uma reunião especial do Conselho Universitário (CO), a fim de debater a questão. Marcovitch alegou que a convocação de membros externos compete ao CO e não ao reitor.

Marcovitch afirmou que, até março do próximo ano, serão concluídos os concursos para os precários com 15 ou mais anos de USP, num total de 292 cargos. Ele informou ainda que, após a conclusão desta etapa, a USP estuda a possibilidade de abrir concursos para o preenchimento das vagas dos precários com 10 ou mais anos de universidade.

Esta etapa, no entanto, ainda não está definida, enfatizou o reitor, uma vez que outras questões para a solução deste problema também estão sendo analisadas, a exemplo do período de estágio probatório para os novos contratados. Marcovitch disse que o Departamento de Recursos Humanos e a Assessoria Jurídica da USP estão analisando a questão e até março do próximo ano deverão apresentar uma proposta. "Neste momento o estudo está se dando em um núcleo mais restrito porque

existe a necessidade de se formar um conceito sobre o assunto", disse o reitor. Após esta etapa, a discussão deverá ser pública, através de seminários ou "audiências universitárias", garantiu Marcovitch.

Cert

Apesar da renovação de parte dos integrantes da Cert – realizada já na atual gestão – o reitor ouviu críticas de vários membros do Conselho de Representantes da Adusp quanto à atuação deste órgão de avaliação. Para os membros do CR e professores presentes faltam clareza quanto aos itens de avaliação e também, isenção por parte de alguns membros que integram a Cert.

Marcovitch afirmou que um documento sobre o processo de avaliação será distribuído no início de 99, ocasião na qual os docentes terão a oportunidade de debater esta questão nas suas unidades. Na atual situação a Cert ganhou o direito de julgamento do trabalho do docente, disse um dos integrantes do Conselho. Segundo um dos diretores da Adusp, para que o documento ganhe legitimidade, ele deve, antes, ser debatido publicamente.

Quanto à multiplicidade de relatórios exigidos pela Cert, Jacques Marcovitch informou que a USP deverá implantar, em 99, uma página para cada docente na internet para que ele próprio faça



Daniel Garcia

Marcovitch reúne-se com diretoria e Conselho de Representantes

a atualização que julgar necessária. "Parte da página será de acesso restrito e outra pública", disse o reitor. Desta forma, avalia Marcovitch, as agências e os organismos internos da universidade com os quais o docente mantém relacionamento poderão acessar os dados com maior rapidez e precisão. Segundo o reitor, com este mecanismo não haverá mais necessi-

dade de os professores fazerem vários relatórios.

Devido à falta de tempo em função de outros compromissos assumidos pelo reitor, o debate sobre o orçamento da USP para o próximo ano e sobre a criação de fundo de previdência não foram realizados em profundidade. Nova reunião poderá ser agendada para tratar destas questões, disse Marcovitch.

Plantão de final de ano



Neste final de ano, a Adusp estará funcionando normalmente até o dia 22. Nos dias 23, 28 e 29 haverá plantão das 9h00 às 17h00 para atendimento de eventuais emergências.

Durante os meses de férias haverá plantão da diretoria da entidade com o propósito de atender aos associados.

Adusp debate reforma da Previdência

O Congresso Nacional promulgou dia 15 deste mês a emenda da reforma da Previdência. Ela prevê regras diferenciadas para os trabalhadores que já contribuem para a Previdência e para os que vão entrar no mercado de trabalho. A maior parte das regras já entraram em vigor dia 16, mas algumas ainda dependem de regulamentação.

Para analisar as novas regras da Previdência e seus reflexos na universidade, a Adusp realizou dia 7, no anfiteatro da História, um debate com a presença da diretora do Departamento de Recursos Humanos da USP, Helena M.C. Carmo Antunes, do secretário-geral da Andes, Osmar Marchese, do deputado federal pelo PT de São Paulo, Arlindo Chinaglia e do assessor jurídico da Adusp, Fernando Leister de Almeida Barros. Este debate está sendo editado e será divulgado aos professores da USP na forma de livreto.

Helena Carmo Antunes disse que, com a promulgação da emenda, três situações serão criadas na USP: os que já são docentes na data da promulgação, os que virão a ser contratados após esta data, e aqueles que já se encontram aposentados. Ela analisou cada uma das situações, apontando as medidas que devem ser adotadas para cada caso.

O assessor jurídico da Adusp, Fernando Leister, alertou que o artigo 13º da emenda pode vir a prejudicar os docentes contratados de forma precária na USP, uma vez que eles poderão ser enquadrados na regra geral, ficando, portanto, vinculados ao INSS. Isso pode acontecer porque o artigo 13º estabelece que somente os concursados serão admitidos como servidores públicos. "É preciso unir forças no momento da regulamen-



Fernando Leister, Helena Antunes, Ana Maria, Jair Borin, Arlindo Chinaglia e Osmar Marchese.

tação da emenda para que estes casos, excepcionais, sejam previstos. Não é justo um docente trabalhar, às vezes, 20 ou 25 anos com contrato precário na USP e não receber os benefícios que atualmente são estendidos a todos os demais professores", disse o advogado. Para Fernando Leister, a aplicação da emenda não é imediata na USP, principalmente porque surgirão pendências jurídicas.

O secretário-geral da Andes, Osmar Marchese, afirmou que a reforma da Previdência em nenhum momento visou melhorias para os trabalhadores da ativa ou para os aposentados. "A lógica sempre foi a de desmontar a previdência para privatizá-la", disse ele. O deputado Arlindo Chinaglia afirmou que, em um primeiro momento, tentou-se dizer que a previdência estava falida; como essa tese fracassou o governo federal adotou o discurso de que a reforma viria para acabar os privilégios. "Os privilégios na verdade foram consolidados", disse o deputado, acrescentando: "basta ver o que está ocorrendo no caso dos militares e dos detentores de cargos eletivos".

Adusp diverge de RH da USP

A posição da diretora do Departamento de Recursos Humanos da USP, Helena M.C. Carmo Antunes é de que se aplica ao docente contratado de forma precária os termos rígidos da nova legislação da Previdência Social. A diretoria da Adusp, porém, tem um entendimento contrário e está estudando com sua assessoria jurídica medidas que assegurem ao precário o mesmo tratamento dispensado ao docente estatutário.

Resumo do Relatório da Tesouraria - Outubro/98

1. Receitas		
1.1.1. Contribuição Sócios	R\$	80.699,20
1.1.2. Repasse Andes-SN	R\$	16.163,07
Contribuição Líquida	R\$	64.536,13
1.2. Rendimentos Fundo de Reserva Estatutário	R\$	1.282,35
1.3. Rendimentos Outras Aplicações	- R\$	86,99
1.4. Outras receitas variáveis	R\$	5.468,37
Disponível	R\$	71.199,86
2. Despesas		
2.1. Pessoal/Encargos Sociais/13º/Férias	R\$	28.395,26
2.2. Assessorias	R\$	4.769,00
2.3. Comunicação	R\$	15.300,96
2.4. Eventos	R\$	5.345,22
2.5. Infra-estrutura e manutenção da Sede	R\$	15.770,83
2.6. Taxas e Tarifas Bancárias	R\$	1.050,48
2.7. Outros	R\$	1.633,16
Total Despesas	R\$	72.264,91
3. Ativo Financeiro		
3.1. Fundo de Reserva Estatutário	R\$	837.422,75
3.2. Outras Aplicações	R\$	135.117,00
3.3. Conta-corrente	R\$	14.576,83
3.4. Caixa Secretaria	R\$	604,54
Saldo Global de Outubro	R\$	987.721,12
Saldo Global de Setembro	R\$	988.786,17

Ato contra o pacote federal leva 150 à Faculdade de Direito da USP

Aproximadamente 150 pessoas participaram de um Ato de protesto na Faculdade de Direito da USP contra o pacote do governo federal que cortou investimentos nas áreas de Educação e de Ciência e Tecnologia (C&T). Os manifestantes se concentraram em frente ao Largo São Francisco e, em seguida, dirigiram-se à Sala dos Estudantes, onde discutiram estratégias de luta. O ato contou com a participação de representantes do Fórum das Seis e diversos CAs, além de associações de servidores e DCEs de universidades públicas e privadas. Após a manifestação, os alunos fizeram uma caminhada pelas ruas centrais de São Paulo para chamar a atenção da população para este grave problema que o país está enfrentando.

O objetivo foi o de "preparar as universidades para o próximo ano, ocasião na qual Fernando Henrique virá mais violento contra a educação", afirmou o vice-presidente da Adusp Antônio Luís de Andrade. Ele considerou satisfatória a manifestação e disse que ela é uma boa forma de sinalizar um acúmulo de forças para o semestre que vem. Marcos Magalhães, vice-presidente da Adusp, também se mostrou satisfeito com a manifestação. Disse que, para uma data como aquela, em que a comunidade universitária deveria estar praticamente de férias, o Ato demonstra interesse dos estudantes e das entidades em defender a universidade. Para ele, nunca houve tanta necessidade de lutar, uma vez que o governo se mostra mais agressivo. "É o momento da comunidade lutar e, se não lutar, vai tomar muito mais porrada do que já vem tomando", desabafou o vice-presidente.



Fotos: Daniel Garcia

Na sala dos estudantes, os manifestantes discutem as linhas de atuação para o próximo ano. À direita, passeata pelo centro histórico da cidade.

A coordenadora administrativa do Sintunesp, Maria Piedade Peixoto Santos, reforçou a fala do vice-presidente da Adusp e afirmou que "nem mesmo os militares tiveram coragem de fazer com as universidades o que o governo Fernando Henrique está fazendo". Diante desta constatação, disse ela, "não podemos baixar nossas defesas nem deixar barato que o governo entregue nosso país de bandeja para o capital especulativo, como fez com a Vale do Rio Doce". Marcelo Silva, estudante da PUC, reclamou da medida governamental que pretende cobrar até 25% de impostos de universidades como a PUC. Para ele, o governo "ainda não sabe diferenciar entidades filantrópicas das pilantrópicas, e quem acaba arcando com os custos deste erro é o estudante". Ele acredita que nenhum aluno sai da PUC por não poder pagar mensa-



lidade, uma vez que são concedidas bolsas de estudo aos alunos com menos recursos.

Lúcia Sampaio, representante do CA da Universidade Metodista, propôs a criação de um comando unificado que defenda os interesses comuns das universidades públicas e privadas. Ela se disse contra as bolsas que mantêm estudantes em universidades particulares. Para ela, o dinheiro dessas bolsas poderia servir para aumentar o número de vagas nas universidades públicas, ao invés de alimentar o mercado e os lucros das particulares. Para Lúcia Sam-

paio, o número de alunos inadimplentes nas universidades particulares chega a 40%, o que, segundo ela, mostra que a única solução real é o aumento das vagas nas universidades públicas.

Os estudantes e professores presentes ao Ato aproveitaram a presença de diversos representantes das entidades que defendem a Educação e a C&T e criaram uma comissão para conduzir a luta contra os cortes impostos pelo governo. As entidades irão se reunir no início do próximo ano para decidir as próximas estratégias de mobilização.

Adusp promove primeiro baile de confraternização

Durante 5 horas, cerca de 200 professores da USP se divertiram pra valer no Baile de confraternização promovido pela Adusp na noite da última sexta-feira, dia 11. O Grupo Expressão animou a festa com um repertório que passou por ritmos como rock, samba, axé music, romântica e conhecidas baladas internacionais. À meia noite foi servido coquetel de entrada, prato quente e sobremesa. A diretoria da Adusp acredita que este baile poderá se transformar numa tradicional festa de congratamento de fim de ano dos associados da Entidade.

Fotos: Daniel Garcia

